



Boletim de Indicadores do **COMÉRCIO**

Maio de 2016 – número 8

Comércio em 2015 Um balanço dos principais indicadores

Com o objetivo de subsidiar os dirigentes sindicais para as negociações salariais, a Rede Comerciantes do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico) elaborou este breve balanço do setor, com informações sobre o desempenho das vendas, além de dados sobre o mercado de trabalho da categoria comerciária.

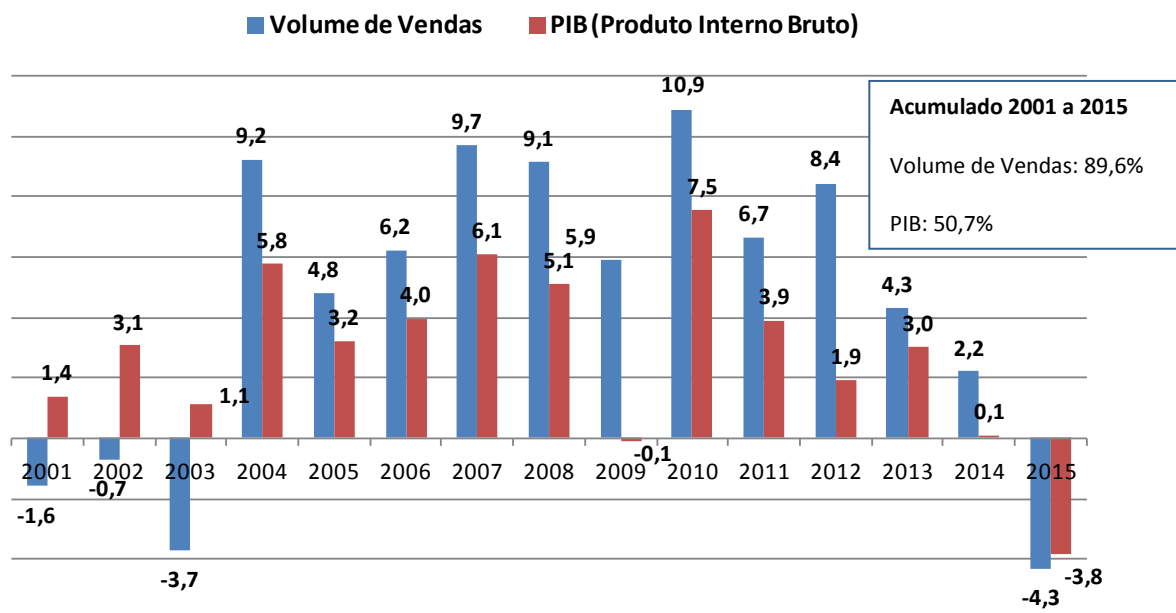
A importância do comércio na economia

A relevância e a contribuição do setor do comércio para a economia brasileira podem ser vistas através da expressiva força de trabalho, do consumo das famílias, do desempenho das vendas nos últimos anos e da contribuição na composição do Produto Interno Bruto (PIB). O comércio, que responde por 12,3% do PIB, é composto por três grandes segmentos (varejo, atacado e veículos) é um setor que incorpora desde grandes redes nacionais e internacionais até uma imensa quantidade de micro e pequenos estabelecimentos familiares, demanda um grande número de trabalhadores, e é um tradicional absorvedor de mão de obra. Em 2015, o Brasil

contava com 9,5 milhões de comerciários que representavam 19,8% dos trabalhadores formais no país, ficando atrás somente do setor de serviços (35,5%).

O desempenho do segmento varejista, medido pelo indicador volume de vendas, após mais de uma década de taxas positivas e com crescimento acima do PIB, encerrou 2015 com resultados negativos (-4,3%). Já a receita nominal de vendas registrou o menor crescimento no período com variação de 3,2% em 2015. Nos últimos anos, as variáveis que influenciam o consumo (confiança, emprego, renda, crédito e juros) sentiram o impacto do cenário de instabilidade política e institucional. Além disso, algumas medidas de estímulo ao consumo (incentivos fiscais e linhas de crédito) também foram suspensas. As duas principais determinantes do setor, renda e crédito foram significativamente afetadas. A despesa de consumo das famílias - componente fundamental do PIB sob a ótica da demanda - registrou queda de 4% em 2015, interrompendo 11 anos seguidos de crescimento. Este comportamento é resultado do recuo de 5,3% da massa salarial, em termos reais, e do baixo crescimento de 2,8% (em termos nominais) do saldo de operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres para as pessoas físicas. Ademais, em 2015, foram eliminados 1.5 milhão postos de trabalho, resultado da queda do nível de atividade com impacto direto sobre o desempenho do comércio. O fraco desempenho do setor no último ano, no entanto, não oculta o resultado favorável da atividade no período recente. Entre 2001 a 2015, o setor cresceu 89,6%, enquanto o PIB do período variou positivamente (50,7%).

GRÁFICO 1
Variação do volume de vendas do comércio e PIB (em %)
Brasil – 2001 a 2015

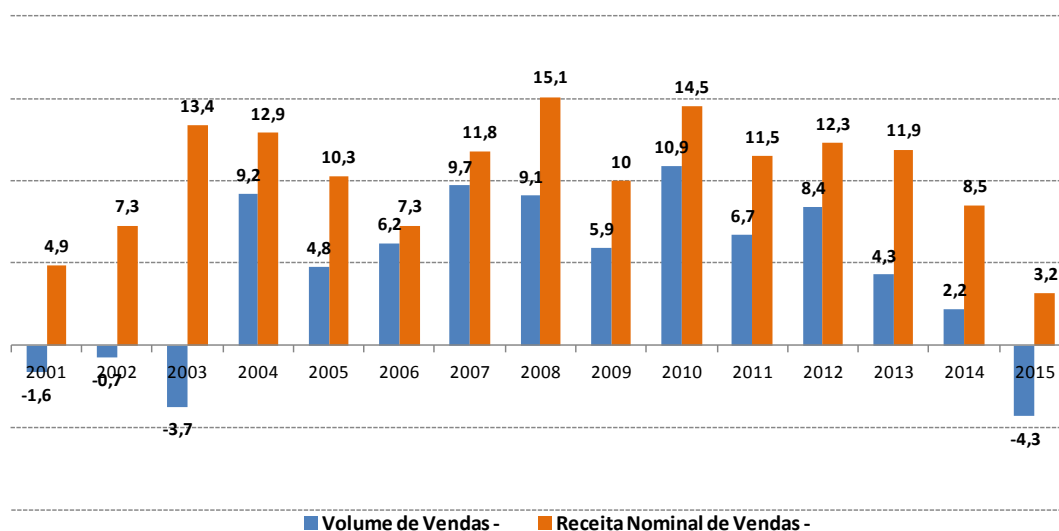


Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal do Comércio e Contas Nacionais

Elaboração: DIEESE - Rede Comerciais

Obs.: Crescimento do volume de vendas e do PIB, já descontada a inflação. O indicador de volume de vendas, segundo metodologia da PMC/IBGE é construído a partir da receita nominal deflacionado por um índice específico a partir da reponderação do IPCA

GRÁFICO 2
Variação do volume e receita nominal de vendas (em %)
Brasil – 2001 a 2015



Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal do Comércio e Contas Nacionais

Elaboração: DIEESE - Rede Comerciais

Obs. O indicador de volume de vendas, segundo metodologia da PMC/IBGE é construído a partir da receita nominal deflacionado por um índice específico a partir da reponderação do IPCA

Desempenho das vendas

TABELA 1
Variação do volume e da receita nominal de vendas do comércio
por unidade da Federação - Brasil – 2015 (em %)

	Volume	Receita Nominal
Brasil	-4,3	3,2
Norte		
Rondônia	-6,0	0,5
Acre	-2,3	5,0
Amazonas	-7,3	0,1
Roraima	6,7	16,3
Pará	-4,8	2,9
Amapá	-12,2	-5,6
Tocantins	-3,7	3,5
Nordeste		
Maranhão	-7,0	1,2
Piauí	-4,6	2,7
Ceará	-4,3	2,9
Rio Grande do Norte	-3,8	3,8
Paraíba	-10,3	-3,8
Pernambuco	-7,7	-0,7
Alagoas	-8,0	-1,3
Sergipe	-1,6	5,8
Bahia	-8,0	-0,3
Sudeste		
Minas Gerais	-1,9	5,6
Espírito Santo	-7,7	-0,4
Rio de Janeiro	-3,2	4,7
São Paulo	-3,5	3,6
Sul		
Paraná	-3,2	5,2
Santa Catarina	-3,1	4,9
Rio Grande do Sul	-6,1	2,1
Centro-Oeste		
Mato Grosso do Sul	-1,6	7,1
Mato Grosso	-8,3	-0,5
Goiás	-10,2	-3,2
Distrito Federal	-5,9	2,4

Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal do Comércio.

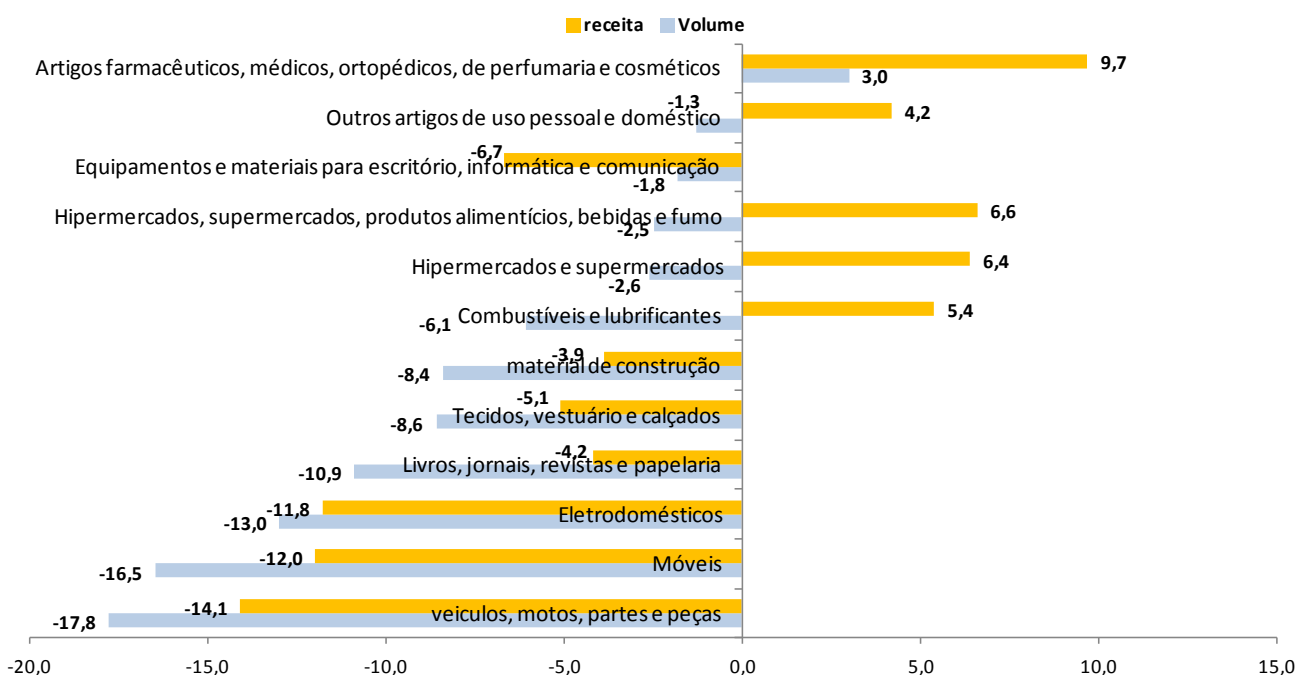
Elaboração: DIEESE - Rede Comerciantes

Obs. O indicador de volume de vendas, segundo metodologia da PMC/IBGE é construído a partir da receita nominal deflacionado por um índice específico a partir da reponderação do IPCA

Com exceção de Roraima (6,7%), o volume de vendas (índice deflacionado) diminuiu em todas as Unidades da Federação. As quedas mais expressivas concentraram-se nos estados do Norte, Nordeste e Centro Oeste, regiões nas quais o comércio havia registrado um crescimento maior nos últimos anos. Os estados do Amapá (-12,2%), Paraíba (-10,3%), Goiás (-10,2%), Mato Grosso (-8,3%), Alagoas (-8,0%), Bahia (-8,0%), Pernambuco (-7,7%), Espírito Santo (-7,7%), Amazonas (-7,3%) e Maranhão (-7,0%) registraram os maiores recuos no volume de vendas, como pode ser visto na Tabela 1.

Dos 12 segmentos do comércio acompanhados pela pesquisa, somente o de Artigos farmacêuticos, médicos e ortopédicos registrou expansão (3,0%) no volume de vendas em 2015. Nessa trajetória de desaceleração, os segmentos mais afetados foram os mais dependentes do crédito, como o varejo de veículos, motos, partes e peças (-17,8%), móveis (-16,5%) e eletrodomésticos (-13,0%) (Gráfico 2).

GRÁFICO 2
Varição do volume e da receita nominal de vendas do comércio por segmento
(em%)
Comércio varejista – Brasil – 2015



Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal do Comércio

Elaboração: DIEESE - Rede Comerciantes

Obs. O indicador de volume de vendas, segundo metodologia da PMC/IBGE é construído a partir da receita nominal deflacionado por um índice específico a partir da reponderação do IPCA

O segmento supermercadista

O setor supermercadista brasileiro registrou faturamento de R\$ 315,8 bilhões em 2015, um crescimento nominal de 7,1% em relação a 2014, de acordo com a Pesquisa *Ranking* Abras (Associação Brasileira de Supermercados), índice muito próximo do registrado pela Pesquisa Mensal do Comércio (PMC/IBGE) quando a receita nominal de vendas da atividade de hiper e supermercados variou 6,4% em 2015. O resultado registrado em 2015 representa 5,4% do PIB, o que indica que o setor mantém sua força na economia.

As cinco empresas primeiras colocadas no Ranking Abras 2015 são: Companhia Brasileira de Distribuição (Pão de Açúcar), com faturamento de R\$ 76,9 bilhões e crescimento de 6,4%; Carrefour, com faturamento de R\$ 42,7 bilhões e crescimento de 12,6%; Walmart, faturamento de R\$ 29,3 bilhões com queda de -1,1%; seguido pelo Cencosud (Prezunic, Gbarbosa, Bretas, Perini e Mercantil), que registrou faturamento de R\$ 9,2 bilhões, em 2015, com queda de -5,4%, mas se mantém na 4ª posição. Na 5ª colocação ficou a Companhia Zaffari, com faturamento de R\$ 4,5 bilhões e crescimento de 7,0%.

TABELA 2
As 20 maiores no Ranking Abras - 2015

Posição no Ranking		SUPERMERCADO	Sede	Faturamento Bruto em 2015 (R\$)	Crescimento 2015/2014	Numero de Lojas
2015	2014					
1	1	CIA Brasileira de Distribuição (Pão de Açucar)	SP	76.933.000.000		2181
2	2	Carrefour Com Ind Ltda	SP	42.701.594.004		288
3	3	Wal- Mart Brasil Ltda	SP	29.323.141.083		485
4	4	Ceconsud Brasil Comercial Ltda	SP	9.267.780.338		222
5	5	Cia Zaffari Comércio e Industria	RS	4.508.000.000		31
Total 5 Maiores				162.733.515.425		3207
6	6	Irmãos Muffato & Cia Ltda	PR	4.095.683.945		44
7	8	Supermercado BH Comercio de Alimentos Ltda	MG	3.972.886.248		149
8	10	SDB Comércio de Alimentos Ltda	SP	3.883.659.200		52
9	7	Condor Super Center Ltda	PR	3.815.586.102		41
10	9	Sonda Supermercados Exportação e Importação	SP	3.110.899.189		39
Total 10 maiores				181.612.230.109		3532
11	12	DMA Distribuidor S/A	MG	2.636.919.105		109
12	11	A Angleoni Cia Ltda	SC	2.389.884.820		27
13	15	Savegnago - Supermercados Ltda	SP	2.115.468.064		37
14	16	Lider Comercio e Industroa Ltda	PA	1.987.633.833		21
15	13	Coop - Cooperativa de Consumo	SP	1.986.037.754		42
16	17	Multi Formatado Distribuidor S/A	MG	1.938.759.911		37
17	19	AMP/PM Comestíveis Ltda	RJ	1.807.578.678		1910
18	21	Carvalho e Fernandes Ltda	PI	1.755.831.887		46
19	14	YY Amada S/A Comércio e Industria	PA	1.745.719.376		36
20	18	Comercial Zaragza Im Exp Ltda	SP	1.739.254.223		14
Total 20 maiores				201.715.317.760		5811

Fonte: Abras – Associação Brasileira de Supermercados. Elaboração: DIEESE – Rede Comerciantes

O emprego formal no comércio em 2015

O fraco desempenho das vendas em 2015 gerou reflexos diretos no emprego da categoria. No comércio, diferentemente de 2014, quando o setor havia gerado 186 mil postos de trabalho, em 2015 houve o fechamento de 218 mil vagas, resultado de uma imensa movimentação de trabalhadores com 4.437.165 admissões e 4.655.930 desligamentos, como mostram os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), registro administrativo mantido pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS). Esse comportamento de fechamento de postos, verificado em todos os setores, com exceção do agropecuário, interrompe a trajetória do comércio como importante gerador de postos de trabalho nos últimos anos (Tabela 3).

TABELA 3
Saldo do emprego formal por setor econômico
Brasil – 2015

SETORES	ADMITIDOS	DESLIGADOS	SALDO
Indústria de transformação	2.931.840	3.565.915	-634.075
Construção Civil	2.038.557	2.457.346	-418.789
Comércio	4.437.165	4.655.930	-218.765
Serviços	7.282.574	7.572.108	-289.534
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	1.072.983	1.064.773	8.210
Total	17.763.119	19.316.072	-1.552.953

Fonte: MTPS. Caged

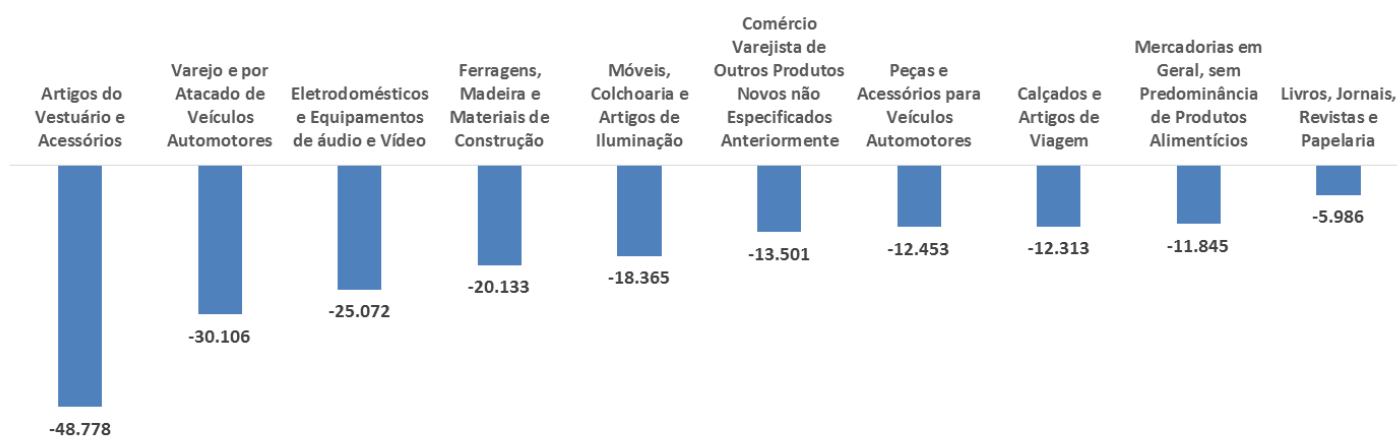
Elaboração: DIEESE - Rede Comerciais

Obs.: Resultados acrescidos das declarações fora de prazo acessadas em 16/03/16

.Geração de empregos por segmento do comércio

Entre os segmentos do comércio, aqueles que mais contribuíram para a eliminação de postos de trabalho foram: comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios (-48,7 mil), comércio a varejo e por atacado de veículos automotores (-30,1 mil), comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo (-25,0 mil), comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção (- 20,1 mil). Destaca-se que estes segmentos tiveram forte retração no volume de vendas durante o ano passado, como evidenciado anteriormente. (Gráfico 3).

GRÁFICO 3
Os 10 segmentos do comércio com MAIOR saldo NEGATIVO de postos de trabalho
Brasil – 2015



Fonte: MTPS. Caged

Elaboração: DIEESE - Rede Comerciais

Obs.: Resultados acrescidos das declarações fora de prazo acessadas em 16/03/16

Embora tenha havido majoritariamente redução de postos, 29,6% das atividades (classes da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE aferidas para o setor) apresentaram saldos positivos. Entre os segmentos do comércio, aqueles que mais contribuíram para a geração de postos de trabalho foram: comércio varejista de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário (15.762), comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - Hipermercados e Supermercados (9.415) e comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos Alimentícios - Minimercados, Mercearias e Armazéns (6.230), conforme gráfico 4.

GRÁFICO 4
Os 10 segmentos do comércio com MAIOR saldo POSITIVO de postos de trabalho
Brasil – 2015



Fonte: MTPS. Caged

Elaboração: DIEESE - Rede Comerciantes

Obs.: Resultados acrescidos das declarações fora de prazo acessadas em 16/03/16

Comportamento do emprego por tamanho do estabelecimento

Com a atuação de grandes grupos multinacionais, até os pequenos comércios locais, o setor é bastante heterogêneo, no que se refere ao tamanho dos estabelecimentos. Em 2015, o pequeno comércio com até quatro empregados, foi o único responsável pela geração de postos de trabalho do setor, apresentando a abertura de 246 mil vagas. Nos estabelecimentos nas faixas a partir de cinco empregados houve mais dispensas do que contratação, ou seja, os saldos de emprego foram negativos. Os estabelecimentos entre 20 a 49 empregados foram os que mais fecharam postos (-112.099), conforme pode ser visto na Tabela 4.

TABELA 4
Saldo do emprego formal no comércio por tamanho do estabelecimento
Brasil – 2015

Faixa de estabelecimentos	Admitidos	Desligados	SALDO
Até 4 empregados	1.187.264	941.240	246.024
De 5 a 9 empregados	655.696	762.662	-106.966
De 10 a 19 empregados	725.813	834.836	-109.023
De 20 a 49 empregados	728.525	840.624	-112.099
De 50 a 99 empregados	410.120	469.959	-59.839
De 100 a 249 empregados	439.699	486.830	-47.131
De 250 a 499 empregados	184.570	203.530	-18.960
De 500 a 999 empregados	69.063	77.078	-8.015
1000 ou mais	36.415	39.171	-2.756
Total	4.437.165	4.655.930	-218.765

Fonte: MTPS. Caged

Elaboração: DIEESE - Rede Comerciários

Obs.: Resultados acrescidos das declarações fora de prazo acessadas no dia 16/03/2016

Rendimento dos admitidos e desligados

A recessão por que passa a economia brasileira tem resultado em elevada taxa de desemprego em todas as regiões do país o que torna difícil aumentar, ou mesmo manter, os níveis de rendimentos dos trabalhadores. Em 2015, o salário médio dos admitidos no comércio aumentou nominalmente 7,4% em relação ao ano anterior, passando de R\$ 1.037,55 em 2014 para R\$ 1.114,75 em 2015. Ao se utilizar o INPC-IBGE como referência, nota-se que essa evolução representou uma perda salarial média de 3,61%¹.

Nesse cenário de inflação elevada e fechamento de postos de trabalhos a diferença salarial entre aqueles que entraram e aqueles que saíram do emprego registrou ligeiro aumento. Em 2015, o salário médio de admissão no comércio equivalia a 91,4% daquele do trabalhador desligado. Em 2014, a remuneração média dos admitidos representava 92,8% da recebida pelos desligados.

¹ O INPC/IBGE totalizou 11,28% no ano passado.

Ainda conforme dados do Caged/MTPS, entre janeiro e dezembro 2015, o comércio pagou o segundo menor salário de admissão, R\$ 1.114,75, dentre os todos os setores econômicos, ficando atrás somente da Agropecuária (R\$ 1.025,22).

TABELA 5
Salário médio de admissão por setor econômico
Brasil e Unidades da Federação – 2015

IBGE Setor	Salário Médio dos Admitidos
1 - Extrativa mineral	R\$ 1.698,09
2 - Indústria de transformação	R\$ 1.304,49
3 - Serviços Industr de Utilidade Pública	R\$ 1.461,66
4 - Construção Civil	R\$ 1.386,49
5 - Comércio	R\$ 1.114,75
6 - Serviços	R\$ 1.325,48
7 - Administração Pública	R\$ 1.824,88
8 - Agropecuária, extr vegetal, caça e pesca	R\$ 1.025,22
Total	R\$ 1.261,51

Fonte: MTPS. Caged

Elaboração: DIEESE - Rede Comerciairos

Unidades federativas

Entre as unidades da federação, considerando a abordagem setorial, houve mais demissões do que contratações nos estados do Sudeste e Sul. São Paulo registrou o maior saldo negativo com -75.310 postos de trabalho fechados, seguido por Rio de Janeiro -23.581, Minas Gerais (-22.119) e Rio Grande do Sul (-13.755). Os destaques positivos foram registrados em apenas dois estados Piauí (765 mil) e Roraima (634). (Tabela 4).

Em relação à diferença salarial entre admitidos e desligados, verifica-se desigualdade em todos os estados da federação, ainda que em níveis diferentes. As maiores desigualdades (medidas pelas menores proporções entre remunerações médias dos admitidos em relação a dos desligados) foram: Pernambuco (88,3%) e Maranhão (88,7%). Já os estados com menor desigualdade foram: Roraima (96,8%) e Paraíba (94,1%). Não por acaso, estes dois casos representam estados em que as médias salariais (de admitidos e demitidos) ficam abaixo da média nacional. Como o salário já é muito baixo, diminuiu a margem de diferenças entre remuneração de admitidos e demitidos.

TABELA 6
Saldo e remuneração média dos admitidos e desligados no setor do comércio
Brasil e Unidades da Federação – 2015

Unidades da Federação	Saldo das movimentações (Adm. - Desl.)	Salário Médio		Relação Salário Adm./ Salário Desl. (%)
		Admitidos (Adm.)	Desligados (Desl.)	
Brasil	-218.765	R\$ 1.114,75	R\$ 1.219,41	91,4
Norte				
Rondônia	-1.919	R\$ 971,20	R\$ 1.072,33	90,6
Acre	-255	R\$ 901,81	R\$ 982,65	91,8
Amazonas	-596	R\$ 941,79	R\$ 1.042,99	90,3
Roraima	634	R\$ 879,12	R\$ 908,53	96,8
Pará	-3.170	R\$ 955,97	R\$ 1.067,74	89,5
Amapá	-1.506	R\$ 887,11	R\$ 979,86	90,5
Tocantins	-499	R\$ 935,58	R\$ 1.034,91	90,4
Nordeste				
Maranhão	-1.329	R\$ 934,03	R\$ 1.053,38	88,7
Piauí	765	R\$ 931,35	R\$ 1.019,09	91,4
Ceará	-3.114	R\$ 922,70	R\$ 1.001,64	92,1
Rio Grande do Norte	-2.231	R\$ 891,28	R\$ 985,93	90,4
Paraíba	-1.755	R\$ 963,54	R\$ 1.023,91	94,1
Pernambuco	-9.732	R\$ 971,60	R\$ 1.100,90	88,3
Alagoas	-1.986	R\$ 905,95	R\$ 965,47	93,8
Sergipe	-954	R\$ 909,63	R\$ 971,63	93,6
Bahia	-9.715	R\$ 947,37	R\$ 1.035,10	91,5
Sudeste				
Minas Gerais	-22.119	R\$ 972,72	R\$ 1.048,32	92,8
Espírito Santo	-8.983	R\$ 1.021,50	R\$ 1.119,58	91,2
Rio de Janeiro	-23.581	R\$ 1.077,46	R\$ 1.148,73	93,8
São Paulo	-75.310	R\$ 1.327,92	R\$ 1.442,28	92,1
Sul				
Paraná	-12.627	R\$ 1.130,73	R\$ 1.265,94	89,3
Santa Catarina	-9.464	R\$ 1.189,05	R\$ 1.328,38	89,5
Rio Grande do Sul	-13.755	R\$ 1.067,99	R\$ 1.180,50	90,5
Centro-Oeste				
Mato Grosso do Sul	-2.255	R\$ 1.039,20	R\$ 1.111,27	93,5
Mato Grosso	-4.205	R\$ 1.022,73	R\$ 1.121,21	91,2
Goiás	-3.873	R\$ 990,82	R\$ 1.134,80	87,3
Distrito Federal	-5.231	R\$ 1.024,89	R\$ 1.111,14	92,2

Fonte: MTPS. Caged

Elaboração: DIEESE - Rede Comerciários

Obs.: Resultados acrescidos das declarações fora de prazo acessadas no dia 16/03/2016

Jornada de trabalho

O comércio continuou com a maior jornada média semanal de trabalho entre os setores de atividade, em 2015, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada pelo DIEESE e a Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados), com apoio do MTPS/FAT (Ministério do Trabalho e Previdência Social e Fundo de Amparo ao Trabalhador) e parceiros regionais.

Entre as cinco regiões pesquisadas em 2015, Fortaleza registrou o maior tempo de trabalho semanal (46 horas), seguido por Porto Alegre, com 45 horas. Fortaleza já registrava esse valor em 2013 e 2014, o que mostra que sua jornada média manteve-se inalterada neste período. No caso de Porto Alegre, a jornada média diminuiu em 2015 em 1 hora, passando para 45 horas, retornando para a jornada observada em 2013.

Por outro lado, a região com menor jornada média semanal registrada foi Salvador, com 43 horas, seguido por São Paulo e Distrito Federal, com 44 horas. Na região de São Paulo (44 horas) e Salvador (43 horas), os índices permaneceram inalterados, enquanto no Distrito Federal reduziu em 1 hora, em comparação com 2012.

TABELA 7
Jornada média semanal de trabalho dos ocupados no trabalho principal,
segundo setores de atividade econômica (em horas semanais)
Regiões Metropolitanas – 2014 e 2015

Setores de atividade e Regiões	Fortaleza		São Paulo		Porto Alegre		Salvador		Distrito Federal ⁽²⁾	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2012	2015
Total de Ocupados¹	43	42	41	41	42	41	41	41	41	40
Indústria	43	43	41	41	42	42	42	41	43	41
Comércio	46	46	44	44	46	45	43	43	45	44
Serviços	41	41	40	40	40	40	40	40	40	39
Construção Civil	42	40	41	41	42	40	42	41	43	42

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTPS/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: 1) Inclui outros setores

2) Não houve pesquisa de dados no Distrito Federal nos anos de 2013 e 2014. Os dados de 2012 são para efeito de comparação

Apesar do comportamento heterogêneo da duração da jornada média, que apresentou diminuição em algumas regiões e manteve-se igual em outras, em 2015, o comércio continuou sendo o setor com a maior proporção de ocupados que

trabalharam mais que a jornada legal de 44 horas semanais, o que pode ser verificado na totalidade das regiões. Duas das cinco regiões analisadas tiveram mais da metade dos ocupados no comércio trabalhando acima da jornada legal.

Em 2015, Salvador (52,5%) e Fortaleza (52,2%) foram as regiões com o maior percentual de trabalhadores com tempo de trabalho semanal acima do previsto em lei. Ao mesmo tempo, as duas regiões que contabilizaram as menores proporções foram São Paulo, com 46,5% e Porto Alegre, com 46,7% (diante de 50,0%, em 2014).

Vale observar que, entre as cinco regiões metropolitanas pesquisadas, quatro tiveram diminuição da proporção de ocupados trabalhando acima da jornada legal no comércio, em 2015, já que não ocorreu alteração na Região Metropolitana de São Paulo. Para o Distrito Federal, o percentual foi de 48,1%, que representa uma redução frente a 2012, quando foi de 54,1%.

TABELA 8
Proporção de ocupados que trabalharam mais que a jornada legal,
segundo setores de atividade econômica (em %)
Regiões Metropolitanas – 2014 e 2015

Setores de atividade e Regiões	Fortaleza		São Paulo		Porto Alegre		Salvador		Distrito Federal ⁽²⁾	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2012	2015
Total de Ocupados⁽¹⁾	42,5	38,7	29,1	28,3	29,4	27,5	38,3	36,6	28,4	24,2
Indústria	42,4	36,8	18,9	17,1	18,8	21,6	32,6	29,8	33,2	28,7
Comércio	56,9	52,2	46,5	46,5	50,0	46,7	53,9	52,5	54,1	48,1
Serviços	36,8	34,2	26,7	25,8	25,7	23,3	33,3	32,5	20,6	17,5
Construção Civil	36,1	29,3	30,4	28,3	27,0	23,2	43,6	38,8	33,7	24,5

Fonte: DIEESE/Seade, MTPS/FAT e parceiros regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Nota: 1) Inclui outros setores

2) Não houve pesquisa de dados no Distrito Federal nos anos de 2013 e 2014. Os dados de 2012 são para efeito de comparação.

Obs.: Exclui os Ocupados que não trabalharam na semana

Considerando a jornada média semanal de trabalho dos ocupados com e sem carteira de trabalho assinada no comércio, constata-se que os ocupados com carteira continuaram com a jornada mais longa em 2015. As duas regiões com as maiores diferenças entre as jornadas médias semanais dos ocupados com e sem carteira, em 2015, foram Salvador (seis horas) e Distrito Federal (três horas). Nestas duas regiões metropolitanas, os ocupados com carteira de trabalho assinada tiveram jornada média semanal de 45 horas, enquanto os sem carteira trabalharam em média 39 e 42 horas, respectivamente.

Por outro lado, em Fortaleza e Porto Alegre foram registradas as menores diferenças entre as jornadas médias semanais dos ocupados com e sem carteira de

trabalho em 2015 (1 hora). Em Fortaleza, os ocupados com registro trabalharam 46 horas semanais, enquanto os sem carteira tiveram jornada de 45 horas, os maiores valores entre as regiões pesquisadas. Já em São Paulo, no caso dos ocupados com e sem carteira ocorreu uma diminuição em 1 hora da jornada média em comparação com 2014 - os ocupados com registro trabalharam 44 horas e os sem carteira, 42 horas.

Ainda na comparação com 2014, ao se considerar a jornada média semanal dos ocupados com registro em carteira, nota-se que, das cinco áreas pesquisadas, em 2015, houve redução da jornada em São Paulo e Porto Alegre, onde o tempo de trabalho passou de 45 para 44 horas. Em Fortaleza e Salvador, não houve alteração. Já para o Distrito Federal, o tempo de trabalho dos ocupados com carteira também diminuiu, de 46 para 45 horas, em comparação com os valores apresentados em 2012.

TABELA 9
Jornada média semanal do total de ocupados e dos ocupados no comércio,
segundo posição na ocupação (em horas semanais)
Regiões Metropolitanas – 2014 e 2015

Posição na ocupação e Regiões	Fortaleza		São Paulo		Porto Alegre		Salvador		Distrito Federal ⁽⁴⁾	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2012	2015
Total de Ocupados	43	42	41	41	42	41	41	41	41	40
Ocupados no Comércio⁽¹⁾	46	46	44	44	46	45	43	43	45	44
Assalariados no setor privado	46	46	44	44	45	44	45	44	45	44
Com carteira	46	46	45	44	45	44	45	45	46	45
Sem carteira	45	45	43	42	42	43	41	39	42	42
Autônomos para empresa	38	38	35	37	38	36	(3)	(3)	34	39
Outros ⁽²⁾	47	47	47	47	51	49	41	41	46	45

Fonte: DIEESE/SEADE, MTPS/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
Elaboração: DIEESE

Nota: 1) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar

2) Inclui autônomo para o público, empregador, dono de negócio familiar, trabalhador familiar e outras posições na ocupação

3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

4) Não houve pesquisa de dados no Distrito Federal nos anos de 2013 e 2014. Os dados de 2012 são para efeito de comparação

No que diz respeito à jornada média semanal dos ocupados sem carteira de trabalho assinada, a comparação entre 2014 e 2015 revela que em três regiões metropolitanas houve alteração na jornada, comportamento diferente do registrado em 2014, quando quatro áreas metropolitanas registraram jornadas sem alterações. Entre as regiões pesquisadas, houve queda de 2 horas em Salvador, que passou de 41 para

39 horas semanais, houve queda de 1 hora em São Paulo (43 para 42 horas), e ficou inalterado em Fortaleza (45 horas) e Distrito Federal (42 horas, em comparação com 2012).

Em 2015, percebe-se que a proporção de ocupados que trabalharam mais do que a jornada legal de 44 horas semanais no comércio permaneceu maior entre os ocupados com carteira assinada. Vale destacar ainda que, em duas regiões metropolitanas, as proporções de ocupados com carteira que trabalharam acima da jornada legal de 44 horas semanais ficaram acima de 50% - Salvador (56,1%) e Fortaleza (54,1%). Em três regiões o índice pesquisado diminuiu em comparação a 2014 e no Distrito Federal pelo índice de 2012.

Quando são considerados os comerciários ocupados sem carteira trabalhando acima de 44 horas semanais, as regiões metropolitanas pesquisadas registraram uma diminuição nos índices entre 2014 e 2015. A Região Metropolitana de Porto Alegre foi a que apresentou a maior queda: saiu de 46,8%, em 2014, para 38,3%, em 2015, seguida por Fortaleza (58,3% para 50,9%) e Salvador (49,4% para 42,1%), respectivamente. Já o Distrito Federal, quando comparado com 2012, observa-se uma diminuição, saindo de 46,3% em 2012 para 40,3% em 2015. Esse resultado contrasta com o ocorrido entre 2013 e 2014, quando algumas regiões metropolitanas tiveram aumento na proporção de ocupados no comércio com jornada acima da legal.

TABELA 10
Proporção de ocupados no comércio que trabalharam
acima de 44 horas semanais, segundo posição na ocupação (em %)
Regiões Metropolitanas – 2014 e 2015

Posição na ocupação e Regiões	Fortaleza		São Paulo		Porto Alegre		Salvador		Distrito Federal ⁽⁴⁾	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2012	2015
Ocupados no Comércio ⁽¹⁾	56,9	52,2	46,5	46,5	50,0	46,7	53,9	52,5	54,1	48,1
Assalariados no setor privado	58,6	53,5	44,2	43,4	45,7	43,0	56,7	53,9	53,8	47,0
Com carteira	58,7	54,1	44,0	44,0	45,6	43,4	58,2	56,1	55,1	48,0
Sem carteira	58,3	50,9	45,0	40,3	46,9	38,3	49,4	42,1	46,3	40,4
Autônomos para empresa	(3)	(3)	27,2	30,4	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)	(3)
Outros ⁽²⁾	56,5	52,2	58,7	58,5	64,4	61,8	49,3	50,1	59,4	52,1

Fonte: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: 1) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar

2) Inclui autônomo para o público, empregador, dono de negócio familiar, trabalhador familiar e outras posições na ocupação

3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

4) Não houve pesquisa de dados no Distrito Federal nos anos de 2013 e 2014. Os dados de 2012 são para efeito de comparação

Negociações salariais

Em 2015, a maior parte das negociações no comércio (53,4%), acompanhadas pelo Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-DIEESE), registrou ganho real, ou seja, aumentos de salários acima da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC-IBGE), conforme pode ser observado na Tabela 9. Em comparação com os demais setores econômicos, essa proporção ficou acima da verificada na indústria (45,0%), mas aquém da registrada no setor de serviços (61,5%).

Diferentemente do que vinha acontecendo nos anos anteriores, em 2015 aumentou de forma significativa a proporção de reajustes abaixo da inflação quando a comparação é feita com o INPC-IBGE na data-base. Em 2010, apenas 4,1% das negociações analisadas no comércio registraram perdas salariais. Em 2015, este percentual subiu para 14,7%.

Em 2015, quase metade (46,6%) das negociações no comércio não lograram aumentos reais, sendo que apenas 31,9%, conseguiram repor a inflação na data-base.

TABELA 11
Distribuição dos reajustes salariais no
comércio em comparação com INPC
Brasil - 2010-2015

Varição	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Acima do INPC-IBGE	93,4	95,0	95,8	98,3	97,5	53,4
Mais de 5% acima	0,8	0,8	1,7	0,0	0,0	0,0
De 4,01% a 5% acima	0,8	0,8	3,3	0,0	0,0	0,0
De 3,01% a 4% acima	14,8	2,5	2,5	4,1	2,5	0,0
De 2,01% a 3% acima	16,4	20,7	34,2	14,0	9,1	0,0
De 1,01% a 2% acima	34,4	47,1	39,2	46,3	71,1	21,6
De 0,01% a 1% acima	26,2	23,1	15,0	33,9	14,9	31,9
Igual ao INPC-IBGE	2,5	2,5	1,7	0,0	1,7	31,9
De 0,01% a 1% abaixo	3,3	2,5	2,5	1,7	0,8	12,9
De 1,01% a 2% abaixo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7
De 2,01% a 3% abaixo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
De 3,01% a 4% abaixo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
De 4,01% a 5% abaixo	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Mais de 5% abaixo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Abaixo do INPC-IBGE	4,1	2,5	2,5	1,7	0,8	14,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: DIEESE - Sistema de Acompanhamento de Salários - SAS
 Elaboração: DIEESE

É sabido que o patamar inflacionário, o nível de atividade econômica e o nível de emprego são fatores importantes para o sucesso de uma campanha salarial. Entretanto, outros fatores, como a força da organização sindical e a capacidade de mobilização dos trabalhadores, não podem ser ignorados. Embora não seja possível determinar o peso de cada um dos fatores nos resultados das negociações coletivas, tampouco se pode afirmar que a sua influência é a mesma para cada uma das negociações consideradas. Em 2015, a conjuntura econômica adversa certamente contribuiu para um desempenho menos favorável dos reajustes salariais.

Nesse contexto de inflação mais elevada, a margem de ganho real também diminuiu em 2015. Enquanto nos últimos anos, o aumento real ficou entre 1,43% a 1,95%, no último ano o ganho médio ficou muito próximo da inflação, situando-se em 0,33% além do INPC/IBGE (Tabela 12).

TABELA 12
Aumentos reais⁽¹⁾ (em %)
Comércio - 2010-2015

Aumento real	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Maior	4,54%	3,59%	3,87%	3,36%	2,61%	1,90%
Menor	0,01%	0,09%	0,04%	0,02%	0,14%	0,02%
Médio	1,59%	1,47%	1,95%	1,43%	1,48%	0,33%

Fonte: DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários – SAS

Elaboração: DIEESE – Rede Comerciais

Nota: 1) Considera apenas a variação real, descontando a INPC-IBGE entre as datas-base de cada unidade de negociação

Obs: Os valores dos menores aumentos reais correspondem ao primeiro valor acima do INPC-IBGE

Quando é feita a comparação entre o crescimento das vendas e o ganho real médio dos salários dos comerciários entre 2008 a 2015, nota-se a clara vantagem das vendas em relação aos salários. Enquanto as vendas aumentaram 51,2% no período, os salários cresceram 10,7%, uma diferença de 36,6% (Tabela 13).

TABELA 13
Variação do Volume de Vendas e Ganho real médio dos Comerciais
Brasil – 2008 a 2015
(em %)

	Crescimento Volume de Vendas	Ganho Real Médio Comerciais
2008	9,1	0,89
2009	5,9	1,10
2010	10,9	1,59
2011	6,7	1,47
2012	8,4	1,95
2013	4,3	1,43
2014	2,2	1,48
2015	-4,3	0,33
Acumulado 2008 a 2015	51,2	10,7
Ganho das vendas em relação ao salários		36,6

Fonte: DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários – SAS e Pesquisa Mensal do IBGE

Elaboração: DIEESE – Rede Comerciais

Obs. O indicador de volume de vendas, segundo metodologia da PMC/IBGE é construído a partir da receita nominal deflacionado por um índice específico a partir da reponderação do IPCA. O ganho real médio extraído a partir do Balanço das Negociações Salariais SAS/DIEESE no setor do Comércio

Considerações finais

A análise do desempenho das vendas e do comportamento do emprego, em 2015, revelou a desaceleração do comércio, interrompendo a trajetória de resultados positivos que o setor vinha registrando nos últimos anos. Essa desaceleração, no entanto, não oculta os ganhos expressivos do setor nos últimos anos e que não significaram melhorias nas condições de trabalho da categoria, ou mesmo nos níveis salariais.

A jornada de trabalho do comércio foi maior em comparação com outros setores econômicos, apesar de apresentar uma melhoria em relação ao ano anterior. Os rendimentos dos trabalhadores continuam baixos, situação agravada pela aceleração da inflação, alta rotatividade e aumento do desemprego. Permanecem desafios históricos e estruturais, além da informalidade.

A atual política econômica só tem agravado o quadro recessivo. Não há economia que consiga deslanchar com a combinação de superávit primário elevado e as maiores taxas de juros do planeta. Essa combinação perversa traz um custo social muito grande, penalizando a maior parte da sociedade, com exceção dos grandes grupos econômico-financeiros que dispõem de mecanismos para absorver os impactos da crise. O plano de ajuste fiscal atingiu a renda e os direitos justamente da população de menor renda, parcela que teve grande contribuição para o crescimento do comércio nos últimos anos. É urgente restabelecer a confiança do conjunto do país, no desenvolvimento e nas perspectivas de retomada do crescimento e ampliação do mercado consumidor. Nos últimos anos no Brasil, nada foi mais importante que a ampliação do mercado interno, via aumento do emprego, crescimento dos salários e melhoria da distribuição de renda. Foi justamente esse poderoso mercado interno que permitiu a ampliação das vendas e o crescimento do comércio.

Por fim, é necessário que a renda venha do trabalho e da produção e não do mercado financeiro por meio das elevadas taxas de juros. Exatamente por esse motivo, a geração de emprego e renda deve estar no centro da política econômica. A expansão do emprego e a ampliação do nível de renda das famílias pode abreviar o atual período recessivo, mantendo assim os níveis de consumo.

Rua Aurora, 957 – Centro – São Paulo/SP
012009-001

Fone: (11) 3874-5366 – Fax: (11) 3874-5394

E-mail: en@diesse.org.br

<http://www.diesse.org.br>

Direção Sindical Executiva

Zenaide Honório – Presidente APEOESP –

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Luís Carlos de Oliveira – Vice-Presidente

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo, Mogi das Cruzes e Região – SP

Antônio de Sousa – Secretário Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região – SP

Alceu Luiz dos Santos – Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, de Máquinas, Mecânicas, de Material Elétrico, de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba – PR

Bernardino Jesus de Brito – Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Cibele Granito Santana – Diretora Executiva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas – SP

Josinaldo José de Barros – Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos, Arujá, Mairiporã e Santa Isabel – SP

Mara Luzia Feltes – Diretora Executiva

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos, Perícias, Informações, Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul – RS

Nelsi Rodrigues da Silva – Diretor Executivo

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – SP

Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa – Diretor Executivo

Sindicato dos Eletricistas da Bahia – BA

Raquel Kacelnik – Diretora Executiva

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região – SP

Roberto Alves da Silva – Diretor Executivo

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Patrícia Pelatieri – Coordenadora Executiva

Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

Fausto Augusto Júnior – Coordenador de Educação

José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais

Airton Santos – Coordenador de Atendimento Técnico Sindical

Angela Schwengber – Coordenadora de Estudos e Desenvolvimento

Equipe Técnica Responsável

Adalberto Silva

Carolina Gagliano

Daniela Sandi

Diego Romano

Fabiana Campelo

Maurício Mulinari

José Álvaro de Lima Cardoso (crítica e revisão técnica)